



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 405 -

António José Ascensão Fraga

J. H. J.

ATA N.º 25/2013

----- Ata da reunião ordinária realizada aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze. -----

----- Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e treze, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, José Manuel Custódia Biscaia, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Manuel Saraiva Cardoso, António José Ascensão Fraga e Paulo Jorge Ribeiro Estrela.-----

----- Sendo cerca das dez horas, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. ---

----- De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos: -----

1. Aprovação da ata da reunião anterior.

2. Intervenção do público.

3. Período Antes da Ordem do Dia.

4. Ordem do Dia

4.1. Apresentação e análise do Relatório da Situação Financeira do Município de Manteigas à data de 21 de outubro de 2013.

4.2. Apreciação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2014 e sua submissão à Assembleia Municipal.

4.3. Conhecimento da informação nº 23/2013/Contabilidade, datada de 13 de dezembro de 2013, referente ao mapa de fundos disponíveis de dezembro de 2013.

4.4. Conhecimento dos atos praticados constantes na informação nº 73/2013/ABS.P, datada de 13 de dezembro de 2013, referente à aquisição de serviços – requisições.

Aprovação da ata da reunião anterior. -----

----- Achada conforme, a ata da reunião anterior foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho, por não ter estado presente na reunião anterior, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto de o seu texto ter sido, previamente, distribuído.---

Intervenção do público. -----

----- Não houve público inscrito a fim de intervir. -----

Período Antes da Ordem do Dia. -----

----- O Senhor Presidente evocou que a reunião do Órgão Executivo tinha sido antecipada para a presente data, com o acordo unânime dos Senhores Vereadores, tendo em conta que a segunda reunião de Câmara do mês coincidia com a quadra natalícia. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Proseguiu dizendo que tinha sido incluída na Ordem do Dia, o “Relatório da Situação Financeira do Município de Manteigas, em 21 de outubro de 2013”. Este documento foi solicitado ao Técnico Oficial de Contas (TOC) da Câmara, Dr. Pedro Patrício, para servir de base à apreciação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2014 e sua submissão à Assembleia Municipal. -----

De seguida, solicitou a anuência dos Senhores Vereadores para que o Dr. Pedro Patrício fizesse a apresentação do Relatório e explanasse as conclusões a que chegou, enquanto TOC. Foi anuído, por unanimidade. -----

Ordem do Dia. -----

Apresentação e análise do Relatório da Situação Financeira do Município de Manteigas à data de 21 de outubro de 2013. -----

----- O Dr. Pedro Patrício começou por referir que o Presidente da Câmara lhe tinha solicitado que fizesse um diagnóstico à situação financeira do Município. Decorrente desse diagnóstico, observou que relativamente à execução financeira, com exceção dos valores afetos à Águas do Zêzere e Côa, S.A., (AZC), a execução orçamental é a normal a nível do orçamento e da despesa da autarquia. A nível dos fundos disponíveis, com as oscilações que houve nos entendimentos entre a Software House, a Direcção Geral de Administração Local (DGAL) e a Inspeção Geral de Finanças (IGF), chega-se à conclusão, nesta fase, que durante o ano, a Câmara Municipal poderá ter funcionado, eventualmente, com fundos disponíveis não positivos. No entanto, esta é uma situação que será confirmada no futuro, porque não há entendimento uniforme entre a posição da Software House, da DGAL e da IGF. Contudo, à data de 21 de outubro, os fundos disponíveis, apesar de reduzidos, eram positivos. Quanto à situação financeira da autarquia, em si, pensa que é o mais importante, considerando a relação comercial existente com a AZC. No seu entendimento, é preciso ter alguma cautela e apreciá-la devidamente, quer na parte dos ativos (a dívida que se pretende reclamar pelo fornecimento da água da Fonte Paulo Luís Martins), quer as dívidas, o passivo, que não estão reconhecidas. O orçamento, está a definir a forma como irá ser paga, pois elas estão diferidas para 2015, por opção do chefe da contabilidade, tomada há sensivelmente dois anos e, têm-se mantido nessa posição até hoje. -----

Continuou dizendo que, parte da dívida de 2013 foi considerada como paga e a despesa foi arrecadada em operações de tesouraria para, futuramente, ser entregue às AZC, num futuro acordo a celebrar, existindo verbas que não estão reconhecidas e que não estão registadas contabilisticamente. Se se reconhecesse a dívida das águas e não se reconhecesse o que é intenção de reclamar (a dívida da água fornecida no âmbito da utilização da Fonte Paulo Luís Martins) a situação do Município, neste momento, seria de violação dos limites de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 407 -

Handwritten signatures and initials in blue ink.

endividamento, considerando a estrutura do passivo de curto prazo. Será de ponderar pelo atual Executivo, a contratação de um empréstimo de saneamento financeiro, que não terá forçosamente, numa fase imediata, que redundar num pagamento da dívida total às AZC. Segundo informações que tem recolhido nas várias câmaras, este processo das águas, em princípio, terá evolução até meados do ano de 2014. O empréstimo de saneamento financeiro nunca estará concluído em menos de meio ano a um ano, o que permitirá a que a Câmara esteja habilitada para que (caso seja forçada, ou caso entenda que deve proceder ao pagamento e à liquidação da totalidade das dívidas) o possa fazer em qualquer momento e não venha a ser surpreendida com a obrigatoriedade de fazer face a determinadas despesas para a qual não tem recursos financeiros disponíveis. Esta é uma matéria que tem vindo a abordar em vários municípios que estão em situações similares, uns ligeiramente menos graves, outros ligeiramente mais graves do que Manteigas; o que tem aconselhado, tem sido ponderarem a possibilidade do recurso ao saneamento financeiro, de forma a estarem capacitados para responderem à exigência que perspetivamente venha a ser uma realidade: o pagamento da dívida à AZC. -----

Prosseguiu propondo que seja ponderado acautelar a gestão a curto/médio prazo da Câmara, de forma a estarem capacitados para responder a qualquer eventualidade. -----

De seguida, disponibilizou-se para esclarecer alguma dúvida que tenha surgido, da leitura do Relatório.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho referiu que este relatório não aporta nada de novo, sem qualquer ofensa para o técnico que o elaborou mas, é apenas uma repetição de um relatório, bem recente, que tinha sido apresentado nesta Câmara pelo Executivo anterior, com valores e dados que foram postos em causa pela oposição de então.-----

Continuou dizendo que o Senhor Vice-Presidente, Dr. José Manuel Cardoso, na altura Vereador da Oposição, pôs em causa os valores que estavam no relatório, a discriminação e o texto do mesmo. Contudo, este relatório veio confirmar o último relatório que foi apresentado, pelo anterior Executivo, com valores que oscilam ligeiramente, mas que cujo conhecimento tinha a 21 de outubro de 2013, que tem a ver com a informação total em relação à situação financeira da Câmara Municipal de Manteigas. Portanto, o relatório não trás nada de novo e confirma o que já se sabia e também, o conhecimento que já se tinha da questão da AZC, na perspetiva de que esse problema poderia vir a ser resolvido de uma forma política e não só judicial.-----

Prosseguiu dizendo que estranha que, agora se diga que o Dr. Pimentel não está tão ciente da defesa das câmaras municipais em relação ao processo inicial quando, até há bem pouco tempo se disse exatamente o contrário. Essa será a perspetiva do advogado em relação à causa. Contudo, as câmaras sempre lutaram para que esta questão fosse resolvida de forma política.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Pensa que já há inclusivamente (pelo que foi noticiado, há pouco tempo, num órgão de comunicação social) intenção de resolução do problema, não só nesse sistema multimunicipal mas, noutros sistemas multimunicipais do País, de forma a haver uma intervenção política por parte do Ministério da Agricultura que transformará, necessariamente, no âmbito de qualquer decisão que se venha a imputar às câmaras, relativamente à obrigatoriedade do pagamento da dívida existente em dívida de médio prazo. É o que estará a ser previsto. -----

Prosseguiu dizendo que, a forma mais correta de resolver o problema, será renegociar o contrato, recalcular todos os valores que entretanto foram faturados, as AZC firmarem por escrito o compromisso que assumiram com as câmaras municipais, que estiveram presentes na reunião havida em Celorico da Beira e testemunharam o acordo entre as mesmas e as AZC. Se existe um incumprimento, é por parte das AZC e das Águas de Portugal, que assumiram a faturação a cinquenta e a cinquenta e cinco cêntimos, respetivamente, para a água e o saneamento, renegociando tudo o que estava para trás; ou seja, os valores de todas as faturações anteriores. Por isso mesmo, as câmaras, deixaram de pagar, porque entenderam que era justo que assim o fizesse, tendo em conta que não podem estar sujeitas ao aumento do tarifário, de forma unilateral, sempre que a entidade gestora se lembre de aumentar a água. As câmaras municipais foram extremamente prejudicadas e algumas, já estão numa situação muito pior do que a Câmara Municipal de Manteigas, por aquilo que lê no Relatório, tirando a questão das AZC, cuja questão terá de ser resolvida e deverá ter a participação não só da Câmara, mas também mais efetiva por parte do Ministério da Agricultura e do Ambiente. -----

Continuou dizendo que, olhando para o Relatório, conforme o descrito ao longo dele, a situação financeira do Município a 21 de outubro de 2013, apesar de estável, requer que a Câmara Municipal tome algumas medidas a efetuar a muito curto prazo. Portanto, a Câmara municipal tem, neste momento, uma situação estável, que poderá alterar-se e, o anterior Executivo tinha consciência disso, em função da decisão em relação ao processo judicial. Prosseguiu dizendo que houve, inclusivamente, faturação que foi objeto de despacho do Juíz do Tribunal Administrativo de Castelo Branco que, entretanto, foi contestada pela Câmara Municipal. O Tribunal decidiu e a Câmara recorreu com base no processo judicial que as câmaras têm em conjunto contra as AZC. Esta é uma perspetiva com a qual a Câmara Municipal tem de se debater, mas pela qual a gestão própria da Câmara não contribuiu. Houve uma contribuição muito forte para que isso acontecesse por parte de uma entidade, que se apoderou da gestão de um bem essencial às populações, que não necessitava de qualquer tipo de gestão, para além da que as Câmaras já faziam. -----

Continuou dizendo que tem um entendimento próprio relativamente aos sistemas multimunicipais: há câmaras que foram roubadas do bem essencial das suas populações, que



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Ascensão'.

passou a ser gerido por outros, arrecadando receitas incomportáveis para as câmaras municipais e, no fundo, para pagar não se sabe o quê. Prosseguiu dando por exemplo: na sua deslocação da Guarda até Manteigas, para participar na presente reunião, cruzou-se com três viaturas das AZC no caminho, em 40Kms., onde praticamente não se tem acesso a mais outras localidades. Entende que andam na estrada à conta do dinheiro dos municípios e dos munícipes. Finalizou dizendo que, o Relatório trás o conhecimento que o anterior Executivo já tinha e que não varia muito em relação ao conhecimento que tinha em 21 de outubro de 2013. Há uma pequena variação no que diz respeito ao endividamento líquido, em cerca de quarenta mil euros. O que se verifica, é que a Câmara Municipal perante esta situação financeira tem, ainda, a possibilidade de endividamento na ordem dos novecentos e oitenta e oito mil euros ou, novecentos e quarenta mil euros, segundo o Relatório do Dr. Pedro Patrício. -----

Finalizou dizendo que, quando a Câmara decidir discutir o recurso a um empréstimo, o assunto será discutido e serão tomadas posições. -----

----- O Senhor Vereador António José Ascensão Fraga referiu que é evidente que, o que ressalta do Relatório do Dr. Pedro Patrício, é que o Município está numa situação estável. Contudo, tem-se consciência, tal como já disse o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho, de que as dívidas às AZC reputam de uma situação em que, se houve incumprimento (no seu entendimento) foi do Governo, que permitiu que a Covilhã se ausentasse do sistema, desvirtuando tudo o que foi definido no início porque, a Covilhã, por si só, representa um número substancial de munícipes, o que defrauda a expectativa criada. -----

Prosseguiu dizendo que, outra situação que já foi várias vezes ponderada, é que é incompreensível que, em anos como este ano e, no ano anterior, já se queriam imputar tarifas, que estariam previstas para 2020 e 2021. Isto significa que a gestão não terá sido a mais cuidada. -----

Continuou dizendo que o Relatório transmite a ideia que tinha, de outro relatório recente, apresentado pelo anterior Executivo. -----

Finalizou dizendo que, no Relatório existem alguns lapsos que expôs: na página dois, falta "...ao longo do presente relatório..."; na página quarenta e quatro, no último parágrafo final deve ler-se "...sugere-se à Câmara Municipal que pondere...". -----

Rematou dizendo que os habitantes do País e os munícipes de Manteigas esperam da parte do Governo mais do que simpatia, aguardam decisões justas e ações práticas. -----

----- O Senhor Vice-Presidente clarificou que, quando se conclui que a Câmara precisa de saneamento financeiro, obviamente, não é uma situação agradável. É porque existem dívidas. E, aquelas que foram apuradas, são maiores do que aquelas que foram divulgadas nos últimos meses. Mas, mais importante do que isso, se a Câmara não arranjar alternativa com as AZC a



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

situação é a seguinte: já veio uma primeira execução de cento e noventa e seis mil euros, que talvez se consegue liquidar mas, se vier uma segunda, a Câmara pára, no sentido literal do termo. Não há dinheiro para vencimentos e, nada pode acontecer, se houver novas execuções posteriores a esta. Entende que não se deve dizer que esta é uma situação confortável, visto que a Câmara está na iminência de deixar de funcionar, de ter fundos disponíveis, mesmo para as coisas mais elementares e, está-se com esta aparente tranquilidade a dizer que está tudo bem, que não aconteceu nada de novo e, só falta dizer que não é preciso fazer nada e ficar à espera do que possa acontecer. -----

Prosseguiu dizendo que, para além disso, há compromissos a cumprir. O Dr. Pedro Patrício passou ao de leve sobre o assunto mas, chegaram faturas superiores a duzentos mil euros, sem qualquer compromisso. Sabe-se que os compromissos para 2013, são três milhões e meio de euros. Sabe-se que a dívida efetiva às AZC é hoje, de dois milhões seiscentos e oitenta e dois mil euros. Portanto, o recurso ao saneamento financeiro só acontece porque, de facto, a situação financeira da Câmara é pior do que alguma vez foi desde o 25 de Abril e, porque não há outra alternativa para a mesma continuar a funcionar, a não ser que se consiga convencer as AZC a não fazerem mais execuções, o que lhe parece improvável. -----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho referiu que à dívida às AZC, que o Senhor Vice-Presidente estava a mencionar, certamente estaria a juntar-lhe a disponibilidade que a Câmara tem para com as AZC, renegociar o processo ou assinar o contrato por escrito. Há uma dívida que está liquidada internamente e que não está liquidada à AZC. Certamente, os dois milhões estão a incluir todos esses débitos, desde o início do ano até agora, para cujo pagamento há reservas. Pelo menos, havia reserva financeira para o pagamento desde janeiro de 2013, até à presente data. Portanto, entende que não é correto estar a fazer as contas dessa forma. -----

----- O Senhor Vice-Presidente contrapôs que não há reserva financeira desde janeiro até esta data. -----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho prosseguiu dizendo que, o que era compromisso das AZC, era não haver execuções fiscais, não haver execuções da dívida. Este é um dos grandes problemas: a falta de assunção do compromisso definido na negociação com as câmaras municipais. Já todos concordaram que a questão das AZC, veio influenciar gravemente a situação financeira de todas as câmaras que fazem parte do sistema multimunicipal e, por isso, tem de haver uma solução política. -----

Prosseguiu dizendo que, dado que a situação financeira da Câmara Municipal de Manteigas e das outras do País, não é a desejável, tanto que as transferências do Orçamento de Estado são cada vez menores, não deixa de ser estranho que, mesmo assim sendo, haja um aumento das



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

despesas correntes de pessoal no documento apresentado, que irá ser discutido no ponto a seguir. Numa perspetiva de gestão mais otimizada dos recursos da Câmara, na perspetiva do Senhor Vice-Presidente, não deixa de ser estranho que isso aconteça. Houve um aumento significativo nas previsões para 2014. -----

----- O Senhor Vice-Presidente referiu que, no que toca às despesas com pessoal, é evidente que quando se faz um orçamento, o orçamento das despesas com pessoal é feito com base na despesa do ano anterior. Portanto, o orçamento de 2014, reflete aquilo que se gastou em 2013 e, o que é que se gastou em 2013 em despesas com o pessoal? Gastaram-se mais duzentos mil euros que no ano anterior. É evidente que uma parte disto diz respeito a um subsídio que não estava previsto: o subsídio de férias ou de Natal mas, mesmo assim, há um acréscimo nas despesas com pessoal, atendendo a que houve uma redução dos vencimentos superior a cem mil euros; basta contabilizar todos os encargos com estágios profissionais e programas do Centro de Emprego para verificar de onde é que vem o acréscimo. São cerca de cinquenta e três situações dessa natureza custando, cada uma delas, pouco dinheiro, mas que oneram as despesas de 2013, em duzentos mil euros. Portanto, haverá que considerar em 2014, tudo o que aconteceu em 2013, pois não se vão suspender todos os contratos que foram feitos e que têm encargos financeiros, que são significativos. -----

----- O Senhor Presidente referiu que o relatório só visava o diagnóstico da situação. ----- Continuou dizendo que comunga relativamente ao que foi dito, no que diz respeito às AZC e ao alçapão financeiro que significou para as câmaras municipais. O Dr. Pedro Patrício referiu no Relatório que os fundos disponíveis estiveram próximos do limite negativo, ou mesmo, terão atingido o limite negativo, em conformidade com a legislação e a interpretação que foi feita relativamente a esta matéria. É referido que é necessário ponderar o saneamento financeiro, na medida em que há duas situações que é preciso ver relativamente às verbas que são devidas às AZC: as verbas que as câmaras municipais aceitaram (as que não estão compensadas em termos de reserva, as que foram faturadas), e que se se registarem como dívida, atinge-se o limiar negativo relativamente aos fundos disponíveis; na Câmara estão cativos duzentos mil euros, verba que é imediatamente assimilada pela última sentença do Tribunal, que já estará em fase de execução, depois de ter sido transitada em julgado; depois, há verbas que não têm registo contabilístico de dívida designadamente as que resultam do acordo, digo memorando escrito em Celorico da Beira. Ao serem registadas, como parece terá que ser, entra-se em incapacidade de manter fundos disponíveis positivos. As câmaras municipais estão numa situação extremamente periclitante por causa das AZC e a nossa terá ultrapassado o limite de endividamento. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu dizendo que, o Dr. Pedro Patrício também refere que a verba, que está em cobrança às AZC, no valor de seiscentos e trinta e sete mil euros, está longe de ser reconhecida e, não poderá influenciar positivamente a situação financeira da Câmara. Se o registo contabilístico da dívida fôr feito de outra maneira (garantir a dívida que a Câmara aceita como tal) e se o registo da receita tiver que ser diferido e não contar para o orçamento de 2014, segundo o Dr. Pedro Patrício, não há outra solução senão ponderar a situação de recurso ao saneamento financeiro. -

Prosseguiu dizendo que as Câmaras estão em situações diferentes, porque algumas delas já utilizaram o PAEL e como tal, pagaram muita da dívida que era das AZC. A situação da Câmara Municipal de Manteigas é diferente da situação das outras câmaras. A situação piora substancialmente, juntando a tudo isto a possível devolução dos fundos comunitários, por duplo financiamento relativamente a dois projetos que estão em curso no Concelho.-----

Continuou dizendo que a Câmara tem compromissos que assumiu e, mesmo que o problema seja politicamente resolúvel, sempre caberá aos municípios pagar o que se comprometeram com as AZC e com as Águas de Portugal. Admitindo que poderá haver um diferimento de pagamentos, ainda assim, a verba retroativa, mais a verba de cada mês e os juros de mora que possam existir, levam a um desequilíbrio financeiro, os fundos disponíveis passarão a negativos e a Câmara deixará de funcionar.-----

Prosseguiu dizendo que a Câmara está a fazer um orçamento e um plano de atividades indicador de que é preciso tomar precauções. O Senhor Ministro da tutela não se comprometeu para o passado e disse ignorar o protocolo; pronunciou-se para o futuro: uma homogeneização tendencial das tarifas, com intervalos máximos, entre sistemas, de 15%. o que significará uma redução da fatura de fornecimento de água e tratamento de efluentes, se o Município de Manteigas fôr abrangido por um sistema que tenha tarifas baixas.-----

Continuou dizendo que a Câmara já foi alertada pelas AZC de que deveria fazer um contrato para os duzentos mil euros, que o tribunal condenou a Câmara a pagar e também, para ver como irá sanear essa situação e os valores em injunção.-----

Prosseguiu dizendo que o orçamento e o plano foram elaborados tendo em conta esta realidade e, de acordo com o presente Relatório, existe um conjunto de premissas que levam a que se pondere o saneamento financeiro. Já foi consultada a nova lei sobre esta matéria e é isso que aconselha. Ir para saneamento financeiro, não significa ficar em dívida relativamente a esta matéria mas sim, a Câmara ficar prevenida a fim de evitar o colapso e as interrupções no seu normal funcionamento. Portanto, o Relatório reflete a realidade atual da Câmara: a situação não é estável e, seja politicamente resolúvel, ou não, a dívida às Águas do Zêzere e Côa, a Câmara terá de assumir um conjunto de verbas em dívida, que irão alterar a estrutura funcional em



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

termos financeiros. A Câmara terá de prevenir as situações futuras e não se deixar cair em rutura de funcionamento. -----

Continuou dizendo que, se os processos de injunção não forem objeto de uma intervenção política, obrigatória e em concomitância com o Ministério do Ambiente, as câmaras municipais e também a nossa, deixarão de funcionar. -----

Prosseguiu dizendo que a situação é grave, na medida em que a Câmara (as verbas cativas não são suficientes para obviar às dificuldades imediatas) não tem cativada a verba da venda da água e da cobrança do saneamento. A partir do mês de novembro, ordenou que as faturas aos municípios fossem cativadas e mobilizadas para prevenir esta situação. -----

Continuou dizendo que as verbas assumidas como dívida, não estão contempladas como verbas cativas e, o registo contabilístico da dívida terá de ser operado de maneira diferente, bem como o registo da receita, o que levará a que isto tudo acumulado, origine graves problemas em termos do que é a lei dos compromissos. -----

Relativamente aos fundos comunitários e à sua devolução parcial por não terem justificação de despesa, espera que haja reprogramações possíveis. A não ser assim, será mais um golpe na parte financeira do Município, na medida em que já foram recebidas verbas, por antecipação. Neste momento, ainda não há uma resolução por parte da tutela e da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região do Centro (CCDRC). -----

Finalizou dizendo que a Câmara, mesmo com os duzentos mil euros, não tem verba disponível para fazer o acordo (mesmo diferido a dois ou três anos), sem recorrer à situação exterior de financiamento, através de saneamento financeiro, pois não tem outra forma de ir ao endividamento. -----

----- O Dr. Pedro Patrício, decorrente das várias intervenções, esclareceu sobre o porquê de, no Relatório ser dito que deve ser ponderado o saneamento financeiro pois, perante a situação da Câmara Municipal de Manteigas, quer a atual lei, quer a nova, prevêem os empréstimos de saneamento, ou de reequilíbrio, de reestruturação financeira das autarquias e, a Câmara enquadra-se nesta situação. -----

Relativamente à capacidade de endividamento atual, ela é enganosa, porque a atual lei prevê a redução dos ativos que são faturados. Portanto, está a dar uma imagem deturpada da realidade da autarquia que, a nova lei já não prevê. Esta, a única coisa que prevê, é a dívida. E, não considerando a dívida das AZC, o endividamento estará próximo do limite. Considerando a dívida total às AZC, os limites estão ultrapassados. -----

No que diz respeito à entrada de faturas sem compromisso na Câmara, a informação que recebeu dos serviços foi, que foram recebidas faturas no valor de cerca de duzentos mil euros,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de compromissos assumidos até 21 de outubro, cujas faturas chegaram à *posteriori*. Estas, foram consideradas no Relatório como devendo ser endividamento à data do fim do mandato. --- Prosseguiu dizendo que, quanto à existência, eventual, de despesas não legalizadas, em primeira instância, a LCPA impede os fornecedores de reclamarem qualquer dívida à Câmara, para a qual não tenha sido fornecido o devido número de compromisso sequencial. Não teve informação de nenhum valor dessa ordem. A existirem, seguramente, que será resolvida a questão com o bom senso de ambas as partes. -----

Continuou dizendo que o valor arrecadado em Operações de Tesouraria relativo aos pagamentos realizados por conta do orçamento de 2013, relativo a despesas das AZC é, atualmente, de cerca de duzentos e cinquenta mil euros. -----

Prosseguiu dizendo que, até que se tome uma decisão definitiva, pensa que não é benéfico para a gestão autárquica, tomar uma decisão isolada sobre a dívida às AZC, sob pena de bloquear completamente a gestão da autarquia com o simples registo da dívida, que está reconhecida em termos patrimoniais, registada na contabilidade e, diferida para o orçamento de 2015 e, não está a ser contabilizada para efeitos de fundos disponíveis. -----

De seguida, explicou a razão pela qual não teria sido benéfico para o Município de Manteigas, recorrer ao PAEL, há um ano atrás. -----

----- O Senhor Presidente referiu que, sobre as AZC, há dois tempos e dois modos: um primeiro tempo, em que a Câmara Municipal não devolveu as faturas, que estão registadas, embora diferidas, ou não. Há um outro tempo, em que os Senhores Presidentes de Câmara fizeram uma negociação, dizendo que o valor total das faturas não era aceitável, tendo-se adotado uma percentagem como dívida e, outra percentagem que não seria aceite como dívida. Se esses valores forem registados, imediatamente, a Câmara fica em incumprimento. As Câmaras não assumem a dívida por inteiro, mas só a assumida, se fôr registada, bloqueia financeiramente a Câmara. -----

----- O Senhor Vice-Presidente referiu que é seu hábito olhar para o saldo das operações orçamentais e já todos verificaram que têm um saldo de cerca de setecentos mil euros. Neste momento, isto só está a acontecer, primeiro, porque a Câmara tem candidaturas, nomeadamente o projeto "Rampa", que tem de ser liquidado até ao final do ano e o Centro de Artes e Ofícios, em que se teve de antecipar a execução física, porque a execução financeira tem de acabar em 2013. Logo, estão aqui envolvidos cerca de trezentos mil euros, sob pena de se perderem as participações. A Câmara esteve na iminência, em relação ao Centro de Artes e Ofícios de isso poder acontecer, porque o contrato que foi feito com o empreiteiro, visava acabar a obra em março e não em dezembro. O atual Executivo conseguiu a antecipação da obra e, vai conseguir que o PRODER participe a Câmara em todos os valores e não peça os



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'António', 'J. Pinto', and 'EAD'.

reembolsos. Depois, aconteceram boas notícias, ou senão a situação iria agravar-se mais um pouco em relação a todas as restantes candidaturas, designadamente dos projectos Provere VALOREN, da Fábrica do Rio, do CIVGLAZ e do Ninho de Empresas. Duas delas, já com excesso de reembolso, o que significa que, ou a Câmara devolve o dinheiro que já recebeu, ou faz mais despesa para evitar essa redução de verbas. A Câmara tem todas as candidaturas VALOREN, que têm saldo para ser utilizado e que, também, podem ser reprogramadas para 2014. De outra forma, perder-se-ia uma oportunidade de aproveitar um montante muito significativo de fundos de candidaturas aprovadas e fundos comunitários, ao mesmo tempo que liberta a Câmara para que, reprogramando as execuções físicas e financeiras para 2014, já não tenha a pressão que tinha, há pouco tempo, de ter que executar mal e à pressa e, alongar até ao final de dezembro, os encargos que eram deste ano. -----

----- O Senhor Presidente referiu que o Relatório seria, também, facultado aos Senhores Membros da Assembleia Municipal e, tendo sido dadas todas as explicações pelo Dr. Pedro Patrício, dispensou-o, tendo-se o mesmo ausentado da reunião. -----

Apreciação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2014 e sua submissão à Assembleia Municipal. -----

----- Foram presentes as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2014.-----

----- O Senhor Presidente referiu que este documento assenta no diagnóstico da situação existente, por isso está, em muitas matérias, a incluir verbas de ações que já vêm do anterior mandato e que é preciso pagar, com valores perfeitamente definidos. São valores concretos e não simples previsão. Noutros casos não é bem assim, designadamente por se desconhecer o que será o próximo quadro comunitário de apoio, e mesmo quando entrará em execução, o que suscita as maiores dúvidas para o ano de 2014. Desconhece-se igualmente como será o encerramento do QREN, até 31 de dezembro de 2014. A Câmara desconhece até se lhe deixam rever física e financeiramente os programas que tem em curso. -----

Prosseguiu dizendo que este documento é uma projeção do que pareceu possível, com o dinheiro existente e as informações disponíveis sendo certo que no caso de não se poder efetuar uma alteração físico-financeira relativamente ao CIVGLAZ e à Fábrica do Rio e de haver alguma evolução relativamente ao próximo quadro comunitário, terá a Câmara de fazer uma revisão ao orçamento. -----

Finalizou dizendo que, na generalidade dos casos, em termos de despesas de capital e pelo que referiu, o orçamento é minimalista, como se reflete no Plano Plurianual -----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho referiu que não iria tecer grandes comentários tendo em conta que se tem o Relatório da Situação Financeira do Município,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

apresentado pelo Técnico Oficial de Contas que, de certo modo, confronta algumas das execuções na introdução do plano de atividades para 2014. -----

Prosseguiu dizendo que se trata de um orçamento legível, apresentado mediante as circunstâncias. Não vai votar contra, apenas se abstém porque advém do mandato em que o anterior Executivo esteve na gestão da autarquia e perante a circunstância destes últimos tempos. Continuou dizendo que depois, acompanhará e fará a análise de toda a execução do plano de atividades e do orçamento, sendo certo que também tinha uma questão para colocar referente à possibilidade, ou não, de a Câmara fazer uma revisão orçamental, tal como o Senhor Presidente já havia dito. Certamente, será necessária, porque o próximo QREN está atrasado (é um processo extremamente atrasado) e os calendários do QREN não são compatíveis com os calendários no que diz respeito à apresentação do plano de atividades e do orçamento. -----

----- O Senhor Vereador António José Ascensão Fraga referiu que era da opinião do Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho. -----

Continuou dizendo que, afinal, para este relatório, a crise existe. No entanto, já existia durante todo o mandato anterior. Quando os Senhores Presidente e Vice-Presidente estavam na oposição, parece que a crise não era tão reconhecida, ou pelo menos, tão assumidamente reconhecida. -----

Prosseguiu dizendo que também já se viu que as câmaras e os munícipes não vivem só com a simpatia do Governo e, tem-se verificado cada vez mais, uma diminuição de transferências. Verifica-se, lamentavelmente, que o chamado "Interior" continua a ser muito prejudicado e isso, é conhecido. Portanto essa diminuição de transferências tem repercussões. -----

Continuou dizendo que existe um aumento da receita, devido ao aumento desmesurado do IMI (aqui não cabem culpas à Câmara Municipal), o que considera um atentado ao cidadão. -----

Finalizou dizendo que se abstém no sentido de dar o benefício da dúvida até porque, como Vereadores eleitos e como Manteiguenses, estão interessados em que tudo corra pelo melhor e, daqui a um ano, far-se-á uma análise da gestão autárquica. -----

----- O Senhor Presidente aditou que havia uma verba transferida para as juntas de freguesia de Sameiro e Vale de Amoreira. Quanto à transferência de competências para as freguesias, a nova lei impõe que haja negociações protocolares com as juntas de freguesia relativamente às matérias a transferir. -----

----- O Senhor Vice-Presidente referiu que, em termos gerais, este orçamento significa uma contração ao orçamento do ano passado, o que é natural e, há uma mudança muito significativa nas transferências de capital e transferências correntes. A proporção era, antigamente, de 60% de despesas correntes e 40% de despesas de capital. Neste orçamento, passa para 90% de despesas correntes e de 10% de despesas de capital, em relação ao Fundo de Equilíbrio



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Financeiro (FEF). Quer acreditar que é uma situação excepcional. A Câmara irá desenvolver esforços para que, destes 90% de verba, alguma seja destinada a despesas de investimento.----

----- Analisada a proposta e sujeita a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho e António José Ascensão Fraga, submeter as Opções do Plano, a proposta de Orçamento acompanhada do Mapa de Pessoal (nos termos do nº2, do artº 4º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro), para o ano de 2014, a aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c), do ponto 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

Conhecimento da informação nº 23/2013/Contabilidade, datada de 13 de dezembro de 2013, referente ao mapa de fundos disponíveis de dezembro de 2013.-----

----- Foi presente a informação nº 23/2013/Contabilidade, datada de 13 de dezembro de 2013, referente ao mapa de fundos disponíveis de dezembro de 2013.

Conhecimento dos atos praticados constantes na informação nº 73/2013/ABS.P, datada de 13 de dezembro de 2013, referente à aquisição de serviços – requisições.-----

----- Foi presente a informação nº 73/2013/ABS.P, datada de 13 de dezembro de 2013, referente à aquisição de serviços – requisições.-----

Finanças Municipais.-----

----- Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de setecentos e trinta e três mil, duzentos e trinta e oito euros e cinquenta e dois cêntimos (€ 733.238,52).-----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das onze horas e trinta e cinco minutos, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim _____ Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

